

# Católicos radicais? Sim. Católicos radicais? Não.

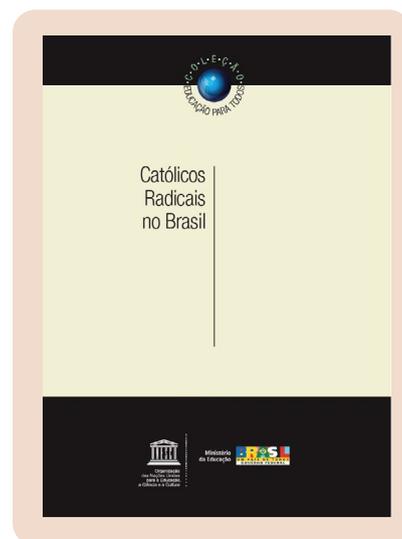
Gabriele Cipriani<sup>1</sup>

Católicos radicais, quem são eles? É uma pergunta e uma reflexão que não pode ser evitada nesta passagem da história da democracia e do catolicismo no Brasil. Não são um segredo para ninguém as divisões, as posições apaixonadas que se vivem na sociedade e na Igreja Católica. Elas transbordam no campo social e político a ponto de o próprio Papa Francisco ser chamado de comunista. Mas ele mesmo rebate, na Exortação Apostólica *Gaudete et Exultate*, que é nocivo o erro das pessoas que vivem suspeitando do compromisso social, considerando-o comunista e populista (*Gaudete et Exultate*, n. 101). Há católicos radicais, moderados, progressistas etc. Talvez todos, de qualquer maneira, representamos uma dessas posições ou uma mistura delas.

O livro *Catholic Radicals in Brazil* foi publicado, pela primeira vez, pela Oxford University Press, com o apoio do Royal Institute of International Affairs, em 1970. *Católicos Radicais no Brasil*, publicado em português, em 2007, com a Introdução de Osmar Fávero e o Prefácio do próprio autor, faz parte da Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). É um estudo de caso sobre o Movimento de Educação de Base (MEB) e seu desenvolvimento, desde seu começo até a segunda metade de 1966.

O autor, Emanuel Jehuda de Kadt, produziu outros estudos sociológicos como *Assertive Religion: Religious Intolerance* publicado na *Multicultural World Patterns of foreign influence in the Caribbean*, Hardcover – January 1, 1972. A ele, como Editor junto com Gavin Williams, deve-se também *Sociology and Development (International Behavioural and Social Sciences, Classics from the Tavistock Press)* 1st Edition.

Em suas estadas no Brasil até 1968, Kadt conheceu de perto pessoas envolvidas na educação do campo e na luta política, focalizando-se no MEB por estar este inserido na cena progressista e, simultaneamente, sob o patrocínio da Igreja Católica no Brasil. Considerações acadêmicas levaram-no a observar aspectos mais amplos dos trabalhos do MEB que solicitam o leitor interessado, hoje à distância de anos, a reflexões e debates no atual contexto religioso e político brasileiro. Os católicos podem identificar-se com movimentos sociais e políticos ou até se comprometem a agir de maneira mais radical, sendo exortados pelo Papa Francisco a sair para as periferias da nossa sociedade. Deparamo-nos assim com temáticas e fenômenos como a exploração dos trabalhadores e as relações de dependência e de clientelismo, que ainda hoje resultam em verdadeiras fraudes eleitorais; o populismo e suas características desde sua raiz entre os Narodniki até os mais recentes projetos dema-



<sup>1</sup> Padre Gabriele Cipriani, assessor de projetos do MEB, é de nacionalidade italiana, da cidade de Ceccano. É Doutor em Letras pela Universidade de Nápoles – Itália; graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Meridional da Itália e graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

gógicos e de manipulação do povo; o papel das hierarquias religiosas em geral na orientação da ação social e política de seus adeptos; a passagem necessária das declarações de princípio e da análise da realidade para a ação e a realização de projetos de transformação e superação da exclusão e das desigualdades; a inclusão em sistemas dominantes e a defesa dos direitos e da liberdade até a mais recente incerteza entre democracia e autarquia.

Esses temas mais amplos e outros, que geram hoje rivalidades e tensões, surgem da leitura desta obra que Emanuel de Kadt escreveu com a atenção crítica do sociólogo tratando de um tema que o atraiu pelo seu significado, nos anos tensos que precederam a ditadura militar no Brasil, isto é, a evolução do Movimento de Educação de Base, no contexto das diversas correntes dos católicos radicais que se formaram naqueles anos.

Resultado de um acordo entre o governo federal e a CNBB, no início de 1961, com a responsabilidade de organizar as escolas radiofônicas nas áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, o MEB viveu, nos primeiros anos de sua ação, as tensões que agitavam o campo progressista católico no Brasil. Originalmente considerado um departamento da CNBB, mais tarde adquiriu autonomia suficiente para realizar um projeto educativo ambicioso, centralizando uma rede organizativa de líderes e de monitores locais que faziam a ponte entre as equipes dos sistemas e os camponeses beneficiários. Tinha por finalidade implantar escolas radiofônicas para uma alfabetização massiva, particularmente entre os camponeses.

As escolas radiofônicas foram rapidamente implantadas e realizados treinamentos de agentes com sucesso. A questão da justiça social, porém, agitava a juventude católica e tornava-se cada vez mais relevante nas declarações dos bispos, principalmente sob o papado de João XXIII. As intervenções da CNBB mostravam sensibilidade e eficácia em apoiar providências para os problemas mais graves do Norte e Nordeste do país, desde a criação da Sudene à organização dos sindicatos rurais. Estabeleceu-se assim uma aproximação entre alguns setores da Igreja Católica, basicamente um grupo progressista do episcopado, juntamente com a Ação Católica Brasileira e seus setores jovens, JEC e JUC, e outros segmentos sociais em luta por mudanças na sociedade.

Tradicionalmente as organizações oficiais católicas tinham, e ainda têm, perfil paternalista. As pessoas que aderiam eram mais ou menos instruídas sobre o que fazer e como agir. O resultado era falta de autonomia, de independência e de abertura de mentalidade de parte dos membros. Esta situação não conduzia nem ao aprendizado bem-sucedido nem ao desenvolvimento de uma abordagem crítica do mundo e a um compromisso social e político adequados ao momento histórico.

Enquanto a CNBB, solicitada pelo Papa João XXIII, elaborava seu primeiro Plano de Pastoral, o Plano de Emergência, a Juventude Universitária Católica (JUC) se engajava cada vez mais em uma luta para a transformação radical da sociedade. As tensões que surgiram, também entre os bispos, levaram a CNBB a adotar diretrizes que visavam pôr limites à ação dos militantes, muitos dos quais, porém, se inseriram em outros movimentos de inspiração católica, como a Ação Popular e o MEB. Nestes já estavam presentes pessoas que foram membros de algum movimento dos corpos constituídos da Ação Católica, mas no tempo da expansão rápida das escolas radiofônicas uma proporção bem substancial daqueles que entraram nos quadros do MEB não eram motivados ideologicamente.

A ligação do MEB à Igreja Católica foi sempre motivo de atenção e debate de ambas as partes. O episcopado católico manteve com relação ao MEB uma atitude que o autor define como ambígua. Bispos acompanhando e encorajando o percurso do MEB, bispos insistindo para que o MEB se comprometesse também a dar catequese, outros apelando aos princípios da Doutrina Social da Igreja, como anúncio de Cristo nas realidades humanas, mas sem abrir espaço a uma abordagem existencial, a um caminhar junto com o povo, arriscando com ele a experiência de percursos de libertação. A Igreja não buscava transformações estruturais, estaria além das partes e não se envolveria em competições políticas.

Formou-se uma divisão no interior da hierarquia eclesiástica na medida em que os posicionamentos progressistas eram percebidos como uma marginalização pelos setores mais conservadores. Alguns deles se reconheciam na defesa da TFP – Tradição, Família e Propriedade, e eram contrários ao catolicismo engajado socialmente, desejando um MEB concentrado somente na alfabetização e na catequese. Apontavam

como inimigos o socialismo e o comunismo, apesar de que a formação intelectual das lideranças do MEB se baseasse sobre pensadores católicos como os padres Louis-Joseph Lebret e Henrique C. de Lima Vaz, e filósofos personalistas como Emmanuel Mounier, Jacques Maritain, e outros, sendo uma minoria leitores também de Marx.

O MEB continuava seu percurso em sintonia com o movimento de cultura popular e o pensamento de Paulo Freire. Passou a usar suas escolas radiofônicas e outros modos de atingir as comunidades rurais cada vez mais centrado na conscientização e avançando na politização e organização dos sindicatos rurais. Esta evolução assinalou o ingresso do movimento no circuito de uma ação política cada vez mais radical, já presente na JUC e na Ação Popular.

Ao precipitar da situação política, o acordo de cúpula entre o Estado e a Igreja Católica virou conflitivo também com relação ao MEB, que com a cartilha “Viver é Lutar”, apresentava o conteúdo inspirador do seu agir e em seguida se empenhou na formação de sindicatos rurais. Os jovens católicos queriam que a ação social e a política seguissem as regras do agir político e que a religião tivesse que inspirar a política, sem se substituir a ela. O golpe tornou irrelevantes os debates. Boa parte dos jovens católicos ia radicalizando sua oposição ao regime, evitando, inclusive, suas conexões institucionais com a Igreja Católica.

Convicto de que os movimentos católicos progressistas, no Brasil, assemelhavam-se, em muitos aspectos cruciais, a certos movimentos qualificados de populistas, o autor pede particular atenção para a compreensão do fenômeno populista e do significado com que ele o atribui ao MEB, radicalmente diferente do significado que tem seu equivalente linguístico no Brasil. A atitude populista de lideranças mebianas explicaria também o êxito final das experiências radicais dos católicos naqueles anos.

“Ir ao povo” tornou-se a palavra de ordem dos populistas. As lideranças do MEB eram intelectuais, não oriundos de famílias trabalhadoras. Cultivavam ideais religiosos e humanitários e estavam preocupadas com a situação de vida das massas oprimidas da sociedade, que, pelo menos aparentemente, não podiam por si mesmas defender seus interesses. Seu conceito de revolução é o de mudanças feitas pelo povo em seu próprio interesse. Eles não queriam manipular o povo, mas despertar a sua consciência e compreensão da

realidade e o povo saberia o que é bom e justo e transmitiria seus valores à elite intelectual que, não sendo manipuladora nem elitista, simplesmente ajudaria a formar estruturas sociais conforme o desejo do povo.

A extrema dificuldade de colocar em prática essas intenções fez com que atividades de animação popular, treinamentos de líderes e cursos de politização excedessem e assumissem características próprias de ações populistas ou de alguma abertura ao populismo. Até que ponto a reflexão sobre o populismo e esse cuidado dos “mebianos” seja útil para os compromissos atuais dos católicos progressistas ou seja apenas uma constatação do perfil das lideranças do MEB daqueles anos, o próprio autor convida a discutir e criticar.

Todo choque é revelador. O impacto do golpe militar na sociedade brasileira foi também um golpe duro e indicativo para as atividades do MEB e seus membros. O apoio incerto e as advertências de bispos da Igreja Católica, o desejo de justiça e de liberdade dos progressistas radicais, a organização eficiente e atrativa de grupos revolucionários, levaram à dispersão e ao desaparecimento da Ação Católica Brasileira, à identificação da Ação Popular com a luta revolucionária armada e ao desmantelamento do grupo mais estruturado do MEB. Parte dos líderes do MEB voltou

***A incrível sobrevivência do MEB, através de percursos acidentados, procurando novas formas de atividade pelas quais expressar sua posição progressista católica, mesmo nas novas circunstâncias, sustenta a convicção de que não se pode construir a democracia sem a educação popular.***

à vida de classe burguesa de onde provinha, outra parte enveredou em grupos revolucionários, outra parte ainda, com modéstia e perseverança, deu continuidade ao trabalho de conscientização do povo, participando do lento e sofrido processo de reconquista da democracia e da liberdade.

Emanuel de Kadt justamente estabeleceu limites temporais ao seu estudo do caso MEB e dos católicos radicais dos anos 1960, considerando aquele período como um ciclo, uma sucessão esgotada de fatos notáveis da história de um movimento que, porém, continua ativo depois de 60 anos da sua fundação. Observamos que os anos sucessivos ao golpe militar foram também marcados pelo testemunho de católicos radicais, inclusive padres e jovens estudantes católicos. Escreveram sua história de presença transformadora as Comunidades Eclesiais de Base, a pastoral da libertação e o desenvolvimento da Teologia da Libertação.

Os testemunhos do radicalismo cristão e católico continuam desafiando a consciência e o agir dos cristãos. Os acordos de cúpula entre Estado e Igreja, como o que facilitou a organização do MEB, não têm mais sentido em uma sociedade democrática, espaço aberto à afirmação das identidades, inclusivo de pessoas e instituições portadoras de valores culturais e simbólicos. A incrível sobrevivência do MEB, através de percursos acidentados, procurando novas formas de atividade pelas quais expressar sua posição progressista católica, mesmo nas novas circunstâncias, sustenta a convicção de que não se pode construir a democracia sem a educação popular e a participação consciente e organizada do povo, que criticamente renegue toda tentativa populista.

*KADT, Emanuel de. Católicos Radicais no Brasil. Brasília: UNESCO, MEC, 2007. 332 p. (Coleção educação para todos - 17).*

.....

**Os testemunhos  
do radicalismo  
cristão e católico  
continuam  
desafiando  
a consciência  
e o agir dos  
cristãos.**

.....